



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 6 DE SETEMBRO DE 1995

Senhor Ministro de Estado do Trabalho, Dr. Paulo Paiva; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhor Deputado Wigberto Tartuce, Presidente da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados; Senhores Membros do Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado; Senhores Luiz Antonio de Medeiros, Presidente da Força Sindical, Vicente Paulo da Silva, da CUT, Francisco Urbano, da Contag, Antonio Francisco, da CGT; Meus amigos Gilberto Gil, Milton Nascimento; Senhoras, Senhores;

Já se está tornando quase uma rotina o fato de que, pelo menos uma vez por semana, nós nos juntamos aqui neste salão para, em cerimônias bastante simples, expressar ao País, até mesmo com força simbólica, o desejo de o Governo não deixar de lado quaisquer problemas que digam respeito àquilo que é fundamental para um país como o nosso, heterogêneo, com muitas desigualdades de todo tipo, raciais, sociais, com formas de convivência nem sempre as mais cordiais, e que está empenhado, neste momento da sua história, em passar a limpo a sua própria sociedade.

Passar a limpo não significa simplesmente fechar os olhos. Pelo contrário.

Não faltou quem me advertisse de que, no momento em que o Presidente da República falasse de trabalho escravo, isso teria repercussão fora do Brasil. Teve. E era o que eu queria, porque não se muda uma imagem senão quando se muda a realidade. O que queremos fazer com o Brasil não é ter uma imagem que mereça aplausos. É ter uma sociedade digna, uma sociedade decente, na qual a convivência possa ser levada avante, com serenidade, com tranquilidade e com o sentido de respeito à pessoa humana e aos direitos humanos.

Toda a gente sabe que, no Brasil, existem formas – o Ministro disse muito bem – arcaicas de relações sociais. Quantos de nós que estudamos a história social do Brasil sabemos que certos traços que vêm de longa data foram permanecendo! Quem não ouviu falar em “barração”? Quem não ouviu falar nas formas de sujeição do trabalho na área de borracha, na área dos seringais? Quem não ouviu falar nos carvoeiros? Quem não ouviu falar em mil outras formas de trabalho degradante? Quem não ouviu falar em trabalho infantil? Nós todos sabemos disso. Se nós sabemos, não podemos conviver com isso sem nos organizarmos para que essas coisas acabem. E não vamos nos organizar se negarmos a realidade. Por outro lado, não vamos acabar com elas, se o Governo pensar que basta assinar um decreto ou que basta enviar um projeto de lei. É preciso que haja um movimento da própria sociedade, e que, como diz o Ministro Paulo Paiva, seja um movimento que pense no País, no cidadão, nos direitos humanos, na vontade nacional, que há hoje, de uma convivência mais digna nesta terra.

O Governo sozinho não pode fazer tudo. É preciso que haja uma articulação. E me apraz imensamente ver que hoje, aqui, nesta tarde, não só estão os Ministros expressivamente representados, como estão pessoas emblemáticas no Brasil, como o Milton e o Gilberto Gil, e também presentes os presidentes das quatro principais confederações de trabalhadores.

Isso é importante. Não é importante para o Presidente Fernando Henrique. É para o País, porque o Governo de um país que se preza tem que ser um governo que seja capaz de dialogar com todo o País. Quando as coisas estiverem erradas, que digam; mas quando estiverem cer-

tas, que ajudem. Não é ajudar o Presidente, não é ajudar o Governo. É ajudar o País a melhorar.

Eu sinto que há, hoje, no Brasil, esse sentimento, essa vontade de que as coisas se transformem. E o Governo tem que estar aberto, com sensibilidade, aos reclamos e também aos atos e aos gestos que possam significar uma vontade de estarmos juntos, em pontos específicos que sejam, para que possamos, efetivamente, fazer o que, tenho certeza, todos desejam, que é um país melhor.

Recentemente, aqui, neste mesmo salão, lançamos um programa que diz respeito a uma espécie de renda mínima. O Ministro Stephanes foi o Ministro da área que patrocinou essa matéria, de implementar um dispositivo constitucional para assegurar aos idosos de mais de 70 anos e àqueles que são portadores de deficiências físicas uma condição mínima de sobrevivência.

Qualquer coisa no Brasil custa um absurdo, porque são muitos zeros, são centenas de milhares, senão de milhões de pessoas. Os recursos são escassos, mas isso não pode servir de escusa, de pretexto para o Governo não atuar. Atuamos. E assim estamos fazendo em tudo.

Recentemente, lançamos um programa de valorização do professor, com o apoio de todos os Governadores do Brasil. Creio eu – pelo menos foi o que me disseram – que nunca tinha havido uma reunião de todos os Governadores com o Presidente da República para tratar exclusivamente do professor primário, da escola primária. Passamos uma tarde inteira. E os Governadores todos, a começar por quem me deu a idéia, que foi o Governador do Distrito Federal, apoiaram a necessidade de mudarmos também aí, nas bases da sociedade brasileira, a condição da escola, para que haja uma possibilidade efetiva de generalizar a alfabetização e para que haja um atendimento efetivo.

Não vou seguir adiante, desafiando os programas, porque seria cansativo, e eu não estou aqui para fazer sequer propaganda deles. Isso é outra coisa. É para mostrar que o Brasil despertou, que o Brasil hoje tem noção de que ele precisa, na área social, modificar-se, e modificar-se profundamente.

O Congresso tem mostrado sensibilidade e tem aprovado, muitas vezes, medidas difíceis de serem aprovadas. Porque, muitas vezes, a incompreensão momentânea, ou a atribuição de intenções que o Governo não tem prejudica a compreensão mais objetiva das necessidades do País.

Agora, o Ministro Paulo Paiva está preparando, já preparou, e submete a este Grupo Executivo uma medida que ele mencionou aqui, a qual quero explicitar: a possibilidade de desapropriarmos as terras daqueles que estejam usando de trabalho dessa natureza. A Constituição não nos permite, porque, naquele momento da sua elaboração, não havia consciência do problema. Uma vez que há essa consciência do problema, como há consciência no que diz respeito aos traficantes de drogas, àqueles que forem plantar drogas, o Governo deseja ter condições de poder atuar dentro da Constituição, mas firmemente, porque é preciso que haja ações exemplares, em certas áreas, para que o País todo sinta a força de vontade da Nação, personificada em atos isolados, mas que não podem ser vividos isoladamente, têm que ser fruto de uma ação conjunta do Governo com a sociedade.

Portanto, Senhores Membros deste Grupo Executivo, o País espera muito dos senhores. O Ministro demonstrou que é preciso fiscalizar, é preciso ir lá, nos locais onde essas questões ocorrem, e é preciso mostrar ao País. Quando se mostra uma coisa errada, não é o Governo que se está atacando, está-se tratando de corrigir alguma coisa errada. Estaria, sim, atacando o Governo se o Governo quisesse acobertar. Não é verdade, não quero acobertar nada. Quero mostrar e, aí, sim, tentar resolver.

Não adianta simplesmente a retórica. É muito fácil resolver com palavras o mundo. Muito mais difícil é dar um passo concreto, sobretudo se o passo for dado no sentido de que não permita a volta para trás. E os passos só são dados não permitindo a volta para trás quando eles têm apoio que vai além do momentâneo, quando eles têm apoio que está enraizado na vontade nacional.

É em nome dessa vontade nacional, de acabar com esse tipo de injustiça social, que agradeço a presença dos senhores aqui. Agradeço muito vivamente. Sei que alguns se sacrificaram para poderem estar aqui, nesta tarde, expressando ao País, tenho certeza, mais que ao País, à

comunidade internacional, que nós hoje, no Brasil, estamos dispostos a lutar para diminuir as desigualdades e para acabar com as injustiças sociais ou, pelo menos – para não sermos retóricos nas afirmações –, com aquelas injustiças mais flagrantes, que chegam ao âmbito de ação do Executivo e do Legislativo. Nós temos que estar muito atentos para criar as condições de acabar com elas.

E o Judiciário há de ser também mais rápido, no sentido de tomar as decisões necessárias, para que a ação sempre seja feita dentro da lei, porque fora da lei nós vamos simplesmente inquietar e não vamos conseguir, de forma estável, chegar aos nossos objetivos. Com a lei, chegaremos lá. Mas não basta só a lei. É preciso que essa lei venha, também, dentro dessa vontade à qual me referi tantas vezes, efetiva, de o Brasil mudar.

Não tenho receio de dizer, como disse ontem ou anteontem, quando apresentei um programa de crescimento econômico: em certas circunstâncias é preciso dar-nos as mãos uns aos outros, é preciso união, sim. Essa união não quer dizer que os partidos se juntem para tudo, nem que não haja disputas nem críticas, mas quer dizer que a disputa e a crítica não podem levar ao ponto de toldar todo o mundo, de dar uma viseira a todos nós, para impedir que vejamos a realidade. E juntos, tenho certeza – porque temos a mesma vontade de acertar –, conseguiremos dar os passos necessários para mudar essa realidade, em prol do povo brasileiro.

Muito obrigado.